

DIPLOMA E PODER: UMA ANÁLISE SIMBÓLICA

Fernando Augusto de Oliveira e **SILVA FILHO**

Universidade Federal do Pará

Eliane Galvão **FERREIRA**

ADECAM

Resumo: *O artigo aborda a questão do poder simbólico conferido ao diploma pela sociedade capitalista, considerando-se a dimensão abstrata do imaginário-simbólico velada pela construção fragmentária da Ciência Ocidental, como elemento fundamental para o entendimento entre a defasagem do diploma em relação a cargos e funções características que asseguram a reprodução social.*

1. Considerações Iniciais

O interesse por esse estudo surgiu da observação no município de Alacetéuba/Pará, em relação às condutas que os egressos do curso de Pedagogia apresentam após concluírem seu curso, diplomarem-se e entrarem no mercado de trabalho local. Condutas estas que, em alguns momentos, podem apresentar alterações qualitativas nas estruturas institucionais escolares do município, o que atesta a positividade da formação crítica recebida ao longo do curso, mas que, em outros, apresenta apenas aspectos técnicos, sem criticidade alguma, favorecendo assim, a reprodução social pautada em posturas antidemocráticas e, portanto, autoritárias.

Embora possa parecer uma questão de pouca importância, analisar possíveis mudanças na vida profissional do egresso do curso de Pedagogia a partir da aquisição do diploma, esta questão pode levar à compreensão de como funcionam mecanismos sutis de poder nas estruturas institucionais educacionais que levam à neutralização nestes egressos, não só de uma visão de mundo crítica, mas também de posturas e condutas progressistas sobre a atual sociedade e a educação que nela se realiza.

A não operacionalização, no cotidiano escolar do egresso do curso de Pedagogia, de procedimentos críticos impossibilita qualquer perspectiva de transformação social, tornando-o mais um elemento

reprodutor do padrão de dominação social hegemônico. Isso contraria o projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia da UFPA de 2001:

a opção de educador significa que este profissional não pode ser definido como agente social da continuidade, ou seja, não deve ser uma peça de um "aparelho ideológico de estado" a serviço da reprodução de esquema de opressão.

Este artigo constitui-se apenas em uma abordagem conceitual, e estabelece as bases teóricas para um futuro projeto de pesquisa no município de Abaetetuba pelo Programa integrado de apoio ao ensino e pesquisa da Universidade Federal do Pará (PROINT) 2005.

2. Problematização

O diploma é algo pouco estudado no campo educacional. Todavia, existe íntima relação entre aquilo que se nomeia com o diploma e o real simbolicamente representado por este. A partir do momento em que a sociedade confere um diploma a alguém, nomeia-o e classifica-o como diferente, caracterizando como alguém que possui uma carga de cultura e competência técnica exigida pela sociedade. Legítima, desta forma, aquele que possui o diploma a buscar o conhecimento social, simbólico e econômico que este lhe confere. "... ter o nome é sentir-se com direito de exigir as coisas que, normalmente, estão associadas a tais palavras (...) e aos correspondentes benefícios materiais e simbólicos" (BOURDIEU ; BOUTANSKI, 2002, p.129).

É bom lembrar que existe "o tempo do diploma" e o tempo da competência técnica, e que nem sempre um tempo corresponde ao outro, existindo, às vezes, grande defasagem entre um e outro. Nesta perspectiva, coloca-se um grande problema: o diploma simboliza capacidades técnicas adquirida pelo indivíduo que, uma vez outorgadas pelo sistema de ensino, o acompanham pelo resto da vida. Entretanto, a dinâmica econômica e tecnológica cada vez maior da sociedade moderna, termina por impor uma defasagem entre as competências adquiridas e exigidas pelas sociedades. Resulta daí, um grande abismo entre o diploma, as competências que ele simboliza e os cargos que exigem cada vez mais profissionais multifacetados.

O tempo do diploma não é o da competência: a obsolescência das capacidades (equivale ao resgate das máquinas) é dissimulado-negado pela intemporalidade do diploma. Eis aí um fator suplementar de defasagem temporal. As propriedades pessoais, como os diplomas, são adquiridas de uma só vez e acompanham o indivíduo durante toda a sua vida. Resulta daí a possibilidade de uma defasagem entre as competências garantidas pelo diploma e as características dos cargos, cuja mudança, dependente da economia é mais rápida (BOURDIEU; BOUTANSIKI, 2002, p. 132).

Neste sentido, estabelece-se a relação do mercado de trabalho com os diplomas e cargos. O valor estabelecido pelo mercado de trabalho para o indivíduo portador do diploma condiciona-se ao **capital escolar**¹ apresentado por este no desempenho de determinadas funções. Estabelece-se assim, um nexos qualitativo entre o diploma apresentado e o cargo estabelecido (embora possa haver variações a esse respeito considerando-se especificidades culturais).

Portanto, quanto mais forem incertas as questões do capital escolar e do próprio **capital cultural**² do sujeito portador do diploma, mais possibilidades existirão para estratégias de manipulação de empregadores sobre empregados, principalmente em se tratando de salários e seguridades sociais de forma geral. Advém daí, o grave problema da exploração não só salarial, mas da exploração em relação ao uso do corpo e o conjunto de propriedades associadas a este. No trabalho da área educacional, traduz-se esta questão em cargas horárias excessivas executadas pelos professores (principalmente do ensino médio e fundamental) que praticamente se tornam verdadeiras "máquinas" de dar aula sem sequer ter tempo para cuidar da reciclagem do seu capital cultural, terminando por se embrutecerem neste

¹ Capital escolar: embora nas obras consultadas de Pierre Bourdieu, não tenha sido possível encontrar uma clara definição sobre este conceito, optou-se por interpretá-lo a luz do conceito de capital cultural no estado institucionalizado, já que neste conceito o título escolar (diploma) aparece com destaque. Pierre Bourdieu. "Les états du capital culturel". Paris, 1979 (trad. Denise Bárbara e Afrânio Mendes Catani).

² Capital cultural: Apresenta-se em três estados: estado incorporado (disposições duráveis do organismo); estado objetivado (bens culturais) e estado institucionalizado (forma considerada a parte por ter como no caso do título escolar propriedades originais). No caso deste trabalho, opta-se (pelo conceito relativo ao estado objetivado). Pierre Bourdieu. "Les états du capital culturel", 1979 (trad. Denise Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani).

processo. Mergulha em procedimentos reprodutores em sala de aula, onde a tônica da relação professor - aluno ocorre pelas vias autoritárias e antidemocráticas.

O diploma, portanto, coloca-se como símbolo de uma complexa estrutura social que envolve uma série de dimensões e possibilidades de análise. Constitui-se em um catalisador simbólico de conflitos e reproduções sociais que, à primeira vista, permanecem oculto ao cientista social desatento. Assume o diploma, um papel dualista na sociedade: ao mesmo tempo em que representa a outorga de um tipo de poder baseado no acúmulo de conhecimentos e competências adquiridas pelos sujeitos na universidade, apresenta-se como defasado em relação a cargos e funções desenvolvidos por esta mesma sociedade.

2.1 Imaginário e Simbólico.

A defasagem entre os diplomas e os cargos, embora produza complicações no cotidiano do mundo do trabalho escolar, não retira do diploma sua auréola de poder simbólico. Sendo necessário aguçar o olhar para perceber sua manifestação no cotidiano. "(...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido" (BOURDIEU, 1989, p.7).

A construção da ciência ocidental, ocorrida de forma fragmentária e cartesiana, velou outras dimensões da realidade que não fossem a material. Desconsidera-se elementos da realidade que, embora não fossem palpáveis, nem por isso deixaram de mobilizar os indivíduos na sociedade.

As complementaridades das dimensões sociais manifestam-se entre o imaginário e o simbólico. Embora ambos sejam formas de representações sociais, uma vez que estas na verdade, são no âmbito das Ciências Sociais, categorias de pensamento que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a.

Para as Ciências Sociais, as representações sociais são fruto das vivências e contradições inerentes ao cotidiano dos grupos sociais e sua expressão marca o entendimento destes grupos com seus pares, contrários e com suas instituições. Estão presentes nestes grupos visões de mundo que refletem contradições e conflitos engendrados pelas situações históricas e sociais em que cada grupo foi instituído, bem como suas práticas instituintes.

Entretanto, o imaginário e o simbólico ultrapassam o nível das representações sociais. Possuem, ambos, características e dinâmicas de funcionamento específicas e, ao mesmo tempo, complementares.

É importante esclarecer que, embora exista uma certa confusão conceitual sobre as categorias do imaginário e do simbólico, sua relação é algo complexo e controvertido. Na verdade, o imaginário é algo que apresenta características ao mesmo tempo sociais, históricas e psíquicas, o que o coloca como elemento entre a relação sujeito e objeto, mas de forma a transcender o real desta relação. As imagens mobilizadas, ao mesmo tempo em que representam o real, libertam-se deste, constituindo e transformando o real, ao nível das representações que se faz deste. "O imaginário, ao libertar-se do real que são as imagens primeiras, pode inventar, fingir, improvisar, estabelecer correlações entre os objetos de maneira improvável e sintetizar ou fundir essas imagens" (LAPLATINE; TRINDADE, 1997, p. 27).

O imaginário, na verdade, constitui-se na filiação do real, não existindo, entretanto, sentidos impostos como no caso do social objetivado, produto direto dos interesses de grupos ou classes sociais. O imaginário, portanto, é a irrealidade de uma realidade social imposta, que por suas características de não-concreticidade, possui liberdade e dinâmica própria. É importante entender que todos os indivíduos precisam do irreal para manter uma vida social que poderíamos chamar de sã. "(...) um ser privado da função irreal é um neurótico, tanto como o ser privado da função real (*idem*, 1997, p. 26)".

Estabelecendo um nexos entre o real e o imaginário, encontra-se o simbólico. Comporta este, elementos do real, estando presente em toda estrutura social, seja ela econômica, religiosa, familiar, cultural e política. Com esta compreensão, podemos deduzir que a vida em sociedade é impossível sem uma intrincada e complexa rede simbólica.

O simbólico representa intimamente o real, estimulando pensamentos e ações na sociedade. Possuem os símbolos um grande poder de mobilização das experiências vivenciadas no cotidiano. Os símbolos como a cruz ou a bandeira de um país, aglutinam ou afastam os indivíduos. Constituem-se, os símbolos em um amplo sistema de valores diretamente agregados aos objetos ou instituições produzidos pela sociedade.

Nesta dimensão da sociedade, imaginário e simbólico se completam, já que o imaginário se utiliza do simbólico para existir (considerando-se que o simbólico comporta um componente racional-real), para passar de um plano que se pode chamar de virtual, para algo mais próximo da realidade. Em contrapartida, o simbólico necessita do imaginário, já que pressupõe a capacidade de ver em uma coisa, o

que ela na verdade não é. Só se torna um símbolo, como no caso da cruz, quando composto por um imaginário fruto de agregações históricas acumuladas ao longo do tempo.

A unificação destas duas categorias (embora nunca estejam separadas), é proposta por Cornélius Castoriadis ao desenvolver o conceito de imaginário radical. Uma vez que o imaginário é constituído pelas agregações simbólicas, e os símbolos possuindo um sentido pela constituição do imaginário, somam-se e produzem o imaginário-simbólico, desenvolvendo-se assim, o que Castoriadis chama de imaginário radical.

(...) na medida em que o imaginário reduz finalmente a faculdade originária de pôr ou de dar-se, sob a forma de representações, uma coisa e uma relação que não são (que não são dadas na percepção ou nunca o foram), falaremos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico. E finalmente a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

É com esta concepção de Castoriadis, que se coloca a questão do diploma nesta análise. Entendido como um elemento de distinção e classificação social, ao mesmo tempo em que se caracteriza como um símbolo outorgado pela sociedade capitalista, o diploma necessita do imaginário desenvolvido por esta sociedade sobre seu sistema de ensino (e claro sua estrutura material) para dar-lhe sentido. Constitui-se assim, o diploma, em um elemento simbólico presente na cultura da sociedade moderna. Representado como um elemento mobilizador das aspirações sociais nas mais diferentes classes sociais, principalmente naquelas menos favorecidas econômica e culturalmente, que percebem no diploma, e tudo aquilo que ele representa ao nível do imaginário-simbólico, a possibilidade de ascenderem socialmente e, conseqüentemente melhorarem seu padrão de vida (mesmo que seja apenas ao nível do status simbólico que o diploma possa dar).

2.2 Diploma e Poder Simbólico.

É importante destacar nesta análise sobre o diploma, a questão do poder. Embora a busca pelo poder seja uma constante na condição humana, o poder não existe em si mesmo, necessitando de uma força

que o anime, que lhe dê forma. Essa força é o desejo de dominação de um homem, grupo ou classe social sobre o outro. No entendimento de Max Weber “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social. Mesmo contra toda a resistência e seja qual for o fundamento desta probabilidade, por dominação deve entender-se a probabilidade de encontrar obediência a um mandado de determinado conteúdo entre pessoas dadas” (WEBER, 1994, p. 43).

Sendo assim, a dominação é a manifestação empírica do poder, enquanto este é a oportunidade que o indivíduo tem de, em uma relação social, impor sua vontade, mesmo havendo resistência. Para que haja dominação é necessário que o indivíduo encontre pessoas dispostas a obedecerem as suas ordens.

No campo da filosofia social e política, Hannah Arendt faz uma distinção entre poder, vigor, força e autoridade. Para ela, o vigor está relacionado a algo singular ou uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa, pertencendo ao seu caráter. A força está intimamente ligada a circunstâncias. Já a autoridade é algo de que as pessoas se investem (ou são investidas). Sua grande marca é o reconhecimento inquestionável por aquele a quem se pede que obedeam (ARENDETT, 1994, p. 34-36).

O poder obedece a uma lógica diferenciada dos demais elementos descritos, embora todos possuam íntima conexão. O poder corresponde à habilidade humana para agir coletivamente, nunca sendo propriedade de um indivíduo; mas de um coletivo, de um grupo, conservando-se quanto tal, apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Sendo o poder, portanto, algo extremamente social, já que para existir, precisa de legitimação da sociedade que o criou, “o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que realmente ele precisa é de legitimidade” (idem, 1994, p. 41).

No contexto geral do poder social, encontra-se uma variação deste que expressar: o chamado poder simbólico, um tipo de poder invisível, existindo em toda parte e em lugar nenhum. Somente pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que, voluntariamente ou involuntariamente, não o percebem, mas o reproduzem.

O poder simbólico é exercido de forma anônima, desenvolvendo-se através de mecanismos e redes de agentes e instituições envolvidas em circuitos de interdependência que sustentam e legitimam o poder em processo cada vez mais complexo e duradouro.

No entendimento de Pierre Bourdieu (1989, p. 15):

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se deve passar para além das alternativas dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformações que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem desperdício aparente de energia.

O poder simbólico, em sua forma silenciosa de manifestar-se, atua de diversas maneiras. Pode aparecer conjuntamente com outras formas de poder, não havendo nítida separação entre um e outro. Na verdade, um é a expressão do outro.

Nesta perspectiva, o poder simbólico, embora esteja em todos os campos da sociedade, adquire formas (símbolos) variadas nos subcampos específicos como no caso da distinção entre o sistema de produção e o sistema de ensino. Situa-se o sistema de ensino no campo da produção de produtores (a escola e a família). Ocupa a escola um papel cada vez mais central à medida que o sistema econômico se desenvolve e fica cada vez mais complexo.

Cada sistema possui suas características objetivas e simbólicas, específicas e interligadas, mas independentes um dos outros (embora o sistema de ensino possua uma autonomia relativa). Produz assim, o sistema de ensino, uma particularidade complexa e interessante: produz produtores com competência técnica menos ou mais defasada, mas com diplomas legitimados socialmente, que nem sempre correspondem ao seu real capital cultural.

A característica pertinente do sistema de ensino no que diz respeito à relação que mantém com o aparelho econômico reside não no fato de que produz produtores dotados de uma certa

competência técnica (da qual não tem o monopólio), mas no fato de que adota seus produtos, providos ou não de uma competência técnica, tecnicamente mensurável de diplomas dotados de um valor universal relativamente intemporal (BOURDIEU & BOLTANSKI, 2002, p. 131)

Nesta perspectiva, o poder simbólico contido no diploma manifesta-se a partir de sistemas simbólicos produzidos pela própria sociedade. Constitui-se assim, em um poder de construção da realidade, tendendo a estabelecer uma ordem gnosiológica. Constitui-se de uma concepção hegemônica de várias dimensões da realidade. Funciona como um instrumento de conhecimento e de comunicação no interior dos **campos**³ sociais, já que os símbolos são, por excelência, instrumentos de integração social. Estabelece assim, o consenso em toda estrutura social, contribuindo, neste caso, para a reprodução da ordem vigente.

O diploma unifica sentimentos classificatórios entre os que possuem e os que não possuem. Torna estes últimos, representantes e representados por um certo sentimento de incompetência e menor valor social. Reproduz-se assim, pelo simbólico contido do diploma, no campo educacional e na sociedade de forma geral, uma distinção específica no interior das classes e frações de classes. Estabelece-se a partir do diploma e do imaginário-simbólico que o cerca, uma condição de poder entre indivíduos e grupos. Condição esta que, em última instância, se torna um elemento de legitimação da dominação política existente na sociedade.”(...) os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra” (BOURDIEU, 1989, p. 115).

2.3 Diploma e Reprodução Social.

Na concepção de Pierre Bourdieu, a reprodução social ocorre devido ao tensionamento no interior dos campos de poder, onde interesses divergentes entram em disputa pela busca do poder hegemônico. Produz-se assim, um espaço de jogo entre agentes e

³ Campo: universo dialeticamente autônomo de relações específicas e próprias. Com um conjunto de relações internas que permitem aos agentes sociais ter práticas diferenciadas que se aproximam e se repelem no interior do campo. Para que um campo funcione é preciso haver objetos em disputa e que os agentes sociais estejam dispostos a jogar. (Pierre Bourdieu, O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989)

instituições, cada um com uma determinada parcela de capital específico (econômico ou cultural).

Nos campos, desenvolvem-se conflitos marcados por estratégias que conservam (na grande maioria das vezes) ou transformam esta relação de força. Segundo Bourdieu, “a estrutura do campo do poder depende, em cada momento, das espécies de capital envolvidas nas lutas pela dominação e de seu peso relativo na estrutura” (CASTRO, 1994, p. 33).

Nesta estrutura de poder, dois tipos de capitais estabelecem acirrada disputa por posições dominantes: o capital econômico e o capital cultural. Neste sentido, os indivíduos, ocupando diferentes posições no interior dos campos, diferenciam-se pela sua bagagem patrimonial, o que os impele a desenvolver estratégias de reprodução diversas; uma delas é a reprodução controlada pela família (direito hereditário), a outra, é controlada pelo Estado, que se caracteriza pela vitalidade assegurada pelo título escolar (que não se transfere de forma hereditária).

A reprodução escolar é desenvolvida principalmente pelo diploma, já que este oferece aos dominados uma garantia de ascensão social e, de certa forma, da exploração imposta pelo sistema (embora o diploma por si só, não garanta acesso a posições dominantes na estrutura social).

O diploma garante ao sistema, um espaço unificado de capacidades culturais, já que possui um valor juridicamente garantido, não estando à mercê de oscilações locais e temporais. Neste, a relação de poder garantida pelo diploma, ultrapassa os indivíduos, colocando-se no plano das instituições e da definição de seus títulos e cargos necessários (embora nem sempre os diplomas correspondam tecnicamente aos cargos e funções).

Entretanto, a busca pelo diploma obedece a um nivelamento desigual e combinado em se tratando do preenchimento dos cargos dominantes na sociedade. Embora pareça haver uma uniformidade entre os indivíduos diplomados, apenas uma pequena parcela supera o abismo existente entre o diploma e o capital cultural necessário para que se ocupe alguns cargos e funções dominantes.

Neste sentido, Pierre Bourdieu desvela esta estratégia de reprodução ao analisar mais detalhadamente a questão do diploma. Chamando atenção para o diferencial do **capital social**¹ herdado da

¹ Capital Social: conjunto de recursos atuais ou potenciais à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimentos e inter-reconhecimento, obrigações duráveis subjetivamente sentidas e institucionalizadas. Produzindo o conhecimento e o reconhecimento mútuo. (BOURDIEU, P. *La noblesse D'ÉTAT*. Paris, 1989).

família, como elemento essencial para se entender a seleção social de determinados dirigentes para cargos específicos na sociedade. Para Bourdieu, portanto, não basta apenas possuir o diploma para se garantir posições hegemônicas na estrutura social, mas possuir um “lastro” cultural que, somente algumas famílias possuem.

Bourdieu aponta a forte concorrência que o modo de reprodução familiar faz ao modo de reprodução escolar, na medida em que a aprendizagem cultural, assegurada pelas famílias mais antigas de burguesia, é a única a proporcionar a forma particular de capital-modos- e o capital social que, associados ou não ao capital econômico herdado, trazem vantagens sobre os concorrentes dotados de títulos escolares (BOURDIEU, 1994, p. 35).

Esta estratégia de mascaramento ideológico que não considera no diploma, o diferencial do capital social herdado, utilizado pelo sistema dominante, para juntamente obter o controle dos postos e cargos hegemônicos da sociedade, utiliza-se fortemente da questão simbólica acerca do diploma para manter acesa a possibilidade, sobre as classes economicamente desfavorecidas, de ascensão social.

Neste sentido, o diploma não perdeu aquilo que se pode denominar de “glamour” social. Envolto em um imaginário-simbólico associado à classificação social e conseqüentemente ao poder, legitimando e reproduz pelo sistema na dimensão abstrata das representações sociais, emblemaliza um diferencial entre os indivíduos, estabelecendo quem é mais ou menos apto, conferindo aos que se sentem mais aptos pela aquisição do diploma, um simbolismo que introjetasse de forma não-agregadora e sim excludente. Mesmo entre aqueles que, tendo diploma mas sem capital cultural, absorvem esse simbolismo, aqueles que mesmo tendo diploma mas sem ocuparem cargos significativos na sociedade, projetam no simbolismo contido no diploma, uma perspectiva de, mesmo sem ter as chances simbolizadas pelo diploma, uma oportunidade de denegrir aqueles que não o possuem, uma oportunidade de vingança de algo (ou alguém) que nem mesmo sabem o que é, reproduzindo assim, nas reentrâncias do tecido social, o poder invisível manifestado pelo símbolo. Permanece com este processo, a estrutura social dominante.

3. Considerações finais

Analisar a questão do poder simbólico que envolve o diploma entre egressos que atuam em estrutura escolares coloca-se como um tema atual e instigante, já que se trata de um assunto, na maioria das vezes, pouco estudado devido a sua dificuldade de identificação. Embora os fenômenos simbólicos estejam espalhados em toda a estrutura social, seja na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas relações interpessoais e de massa, por apresentarem uma natureza multifacetada e em constante movimento, tornam-se fugidios às análises sociais mais convencionais.

Estas características dos fenômenos simbólicos se coloca no campo da relação entre o diploma e o cotidiano dos egressos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, em suas atividades profissionais, problemas que aparentemente, passam despercebidos. Problemas como as distorções entre o que estes egressos absorveram em termos de formação crítica recebiam ao longo do curso, e suas atuações cotidianas reprodutoras do padrão valorativo dominante (sejam eles professores, diretores de escola ou supervisores).

Por conta da pouca importância que os estudos sobre a dimensão simbólica da sociedade e do universo escolar recebem nas análises pedagógicas em uma região como a Amazônia, grande maioria das análises acadêmicas prendem-se a questões como financiamento da educação, políticas neoliberais para a educação, formação do professor em educação, currículo, etc.. Coloca-se como de suma importância direcionar análises que resgatem o universo simbólico e toda a complexidade que o cerca, no campo educacional de uma região com especificidades sócio-culturais extraordinárias como a que vivemos.

Neste sentido, estudar o poder simbólico que aureola o diploma e a representação feita pelos egressos do curso de Pedagogia, a partir desta dimensão nas estruturas institucionais onde atuam, pode levar a algumas respostas que, somente "olhares" quantitativos (fruto da herança cartesiana da ciência Ocidental) não podem dar. Embora, os fenômenos simbólicos sejam mais complexos do que os objetos de pesquisa que construímos a partir deles (DE SÁ, 1998, p. 22). Isso, só estimula a buscarmos compreender estas complexidades.

O desvelamento desta questão, abre com toda certeza, novas perspectivas (ao nível de contribuições efetivas) para a formação do profissional de educação no Estado do Pará. Se possível, perspectivas que não apenas reproduzam, mas transformem qualitativamente a realidade local.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - *A restauração curricular do curso de Pedagogia. O projeto político-pedagógico*. Belém: UFPA, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. Lês trois ÉTATS du capital culturel. Publicado originalmente em *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. Paris: 1979 (Tradução de Denise Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani).

_____. *La noblesse D'ÉTAT*. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre & BOLTANSKI, Luc. *O diploma e o cargo (escritos de educação-trad. Magali de Castro)*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação. A ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 1989.

CASTRO, Magali de. A análise do poder em instituições educacionais: A presença de Max Weber na Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. *Educação em revista*, N° 1. Belo Horizonte: 1994.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

De SÁ, Celso Pereira. *A construção do projeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

LAPLANTINE, François ; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 5ª ed. Brasília: UNB, 1994.